

A coabitação das armas de propulsão neurobalística e das armas de fogo na primeira fase do processo expansionista português em Marrocos (1415-1458)

Neuroballistic propulsion weapons and firearms in the first phase of the Portuguese expansion in Morocco (1415-1458)

*Vitor Luís Gaspar Rodrigues**

Universidade de Lisboa

Resumo

Elemento fundamental em qualquer atividade bélica, o armamento utilizado pelas diferentes forças terrestres e navais europeias passava, no início de Quatrocentos, por uma fase de profunda transformação, não só em resultado de uma cada vez maior intervenção dos estados relativamente ao equipamento militar das suas forças militares, mas também em virtude das transformações operadas ao nível do próprio armamento, em especial das armas pirobalísticas, que viriam a afirmar-se no seio dos diferentes corpos militares ao longo da centúria com todas as consequências daí decorrentes. No presente estudo, mais do que proceder a uma análise exaustiva das características do armamento ofensivo e defensivo utilizado pelas forças portuguesas em Marrocos no período em questão, procuraremos perceber como se operou essa convivência entre o armamento ofensivo tradicional e as armas de fogo e de que forma estas foram

* Investigador Auxiliar com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Centro de História. Alameda da Universidade, 1600-214. Lisboa, Portugal. Correo electrónico: rodrigues.v@gmail.com

lentamente ganhando espaço nos diferentes contextos de guerra –de assédio ou de “guerra guerreada”– que marcaram o dia-a-dia das guarnições portuguesas no norte de África ao longo da primeira metade da centúria.

Palavras-chave

Armamento neurobalístico; armamento pirobalístico; “guerra guerreada”; guerra de assédio; guerra naval; Marrocos.

Abstract

A fundamental element in every war, the armament used by the European armies and naval forces went over an important transformation at the beginning of the 15th century. This transformation was the outcome not only of the increasing intervention of leaders regarding the military equipment of their troops but also of the transformations occurred in pyro-ballistic weapons. These would become more and more important within those military forces throughout that century with all the resulting consequences. In this paper other than make an exhaustive analysis on the characteristics of the defensive and offensive weapons used by the Portuguese forces in Morocco during this period, we will try to understand how the coexistence between traditional armament and firearms worked out. We will also try to understand how the pyro-ballistic weapons have slowly become more and more important on several war contexts that have determined the daily routine of the garrisons in North Africa throughout the first half of the 15th century.

Keywords

Neuroballistic armament; piroballistic weaponry; guerrilla warfare; siege warfare; naval warfare; Morocco.

Introdução

No estudo que agora se apresenta procuraremos analisar, com recurso a uma leitura crítica das fontes narrativas e à consulta de informação inserta em colectâneas documentais e em documentação da Chancelaria de D. Afonso V, como os portugueses procederam em Marrocos à lenta introdução das armas de fogo na hoste régia em paralelo com a permanência da artilharia e armas pessoais de propulsão neurobalística, de forma a explicar a ulterior decadência da generalidade destas armas –com excepção da besta, cuja utilização se prolongou para lá do século XVI tanto no norte de África como na Índia– e a sua substituição pelas armas de fogo.

Dada a impossibilidade de analisarmos todo o longo período de permanência portuguesa em Marrocos, optámos por circunscrever o âmbito do trabalho ao intervalo de tempo que medeia entre as conquistas de Ceuta e de Alcácer-Ceguer, que ficou marcado pela circunstância de aquela praça se haver mantido como o único bastião da presença portuguesa no Magrebe. Se em relação à conquista de Ceuta o seu carácter fundacional justifica por si só a razão da escolha como uma das balizas cronológicas, relativamente à opção de 1458 para termo do nosso estudo, a sua eleição assentou, por um lado, no facto de representar um momento de fratura com o passado, assistindo-se posteriormente a um aprofundamento da presença militar portuguesa com o intuito de proceder à conquista do reino de Fez, de que resultou a tomada de várias outras praças; por outro, na circunstância de a conquista de Alcácer-Ceguer assinalar o momento em que a artilharia pirobalística portuguesa se sobrepôs aos sistemas defensivos marroquinos, iniciando-se assim uma nova era, marcada pela crescente utilização das armas de fogo no norte de África.

Sendo certo que um estudo sobre a evolução do armamento neuro e pirobalístico efetuado sobretudo a partir das crónicas encerra um conjunto de dificuldades e problemas em virtude não só de se tratarem de textos elaborados com a finalidade de enaltecer os feitos de armas de monarcas e príncipes, ou mesmo de grandes fidalgos (D. Pedro de Menezes e D. Duarte de Menezes), mas também por serem elaborados por diferentes autores, com credibilidade diversa e escrevendo por vezes muito distanciados dos factos que narram, julgamos, no entanto, na linha do que afirmou Paulo Jorge Simões Agostinho, que elas “*apresentam várias vantagens em relação aos demais géneros de fontes escritas [...]*”, sendo a sua visão diacrónica “[...] *importante para quem procura retirar daí dados sobre a evolução do armamento, apesar de se dever ter sempre em conta a data da respetiva redacção. A realidade nelas contida é ideologicamente moldada em favorecimento do seu patrocinador [...] e influenciada por preconceitos do seu público-alvo – os cavaleiros. Não deixam, no entanto, de ser fontes credíveis ao nível da história material, o que para o tema do armamento muito nos importa*”¹. Procuraremos, por isso, em paralelo com a utilização e cruzamento de outras fontes

1 In Paulo Jorge Simões AGOSTINHO, *Vestidos para matar. O armamento de guerra na cronística de guerra portuguesa de Quatrocentos*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 23-24.

documentais, realizar uma análise crítica das principais crónicas que seleccionámos², que descrevem as três grandes operações de assédio efetuadas pelos portugueses ao longo do período em Marrocos – Ceuta, Tânger e Alcácer-Ceguer, bem como alguns dos principais cercos impostos pelas forças marroquinas à praça de Ceuta, para além dos inumeráveis episódios de “guerra guerreada” que marcaram o dia-a-dia dos portugueses no norte de África, fundamentais para perceber a evolução do armamento neurobalístico e das armas de fogo aí utilizadas ao longo da primeira metade de Quatrocentos.

1. O aprovisionamento da frota para a conquista de Ceuta

Não obstante a utilização em Portugal de artilharia pirobalística em campanha remontar à década de 1380, durante as guerras com Castela³, e de, como afirma João Gouveia Monteiro, os trons e bombardas terem começado a ser fabricados em Portugal durante o reinado de D. Fernando (1367-1383)⁴, no momento em que no reino D. João I superintendia ao apresto dos arsenais com armamento destinado à conquista de Ceuta, as técnicas de construção dessas primitivas armas de fogo encontravam-se ainda, ao contrário do que sucedia com o armamento neurobalístico e com a generalidade das armas portáteis tradicionais, numa fase muito

-
- 2 Das crónicas que cobrem o período em questão seleccionámos para análise a *Crónica da Tomada de Ceuta por El rei D. João I*, a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* e a *Crónica do Conde Dom Duarte de Meneses*, todas de Gomes Eanes de Zurara; a *Crónica de D. Duarte* e a *Crónica de D. Afonso V*, ambas de Rui de Pina; e de Damião de Góis a *Crónica do Príncipe D. João*. Relativamente ao *Livro da Guerra de Ceuta*, da autoria de Matheus Pizzano e escrito em 1460, não obstante tratar-se de uma obra importante para o estudo da tomada de Ceuta, contém pouquíssima informação relacionada com a temática do armamento, o que nos levou a não o incluir no presente trabalho. Cf. Matheus PIZZANO, *Livro da Guerra de Ceuta*, publicado por Roberto Correia Pinto, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915. Igualmente de fora, mas por se tratarem de textos escritos bastante mais tardiamente e que, por via disso, poderiam influenciar negativamente a nossa análise, ficaram também a *Crónica del Rey D. João o I deste nome*, a *Crónica e Vida del Rey D. Duarte* e a *Crónica e Vida del Rey D. Affonso o V de Portugal deste nome*, todas de Duarte Nunes de LEÃO, in *Crónicas dos Reis de Portugal*, Miguel Lopes de Almeida (ed.), Porto, Lello 6 Irmãos, 1975; e a de Don Augustin Manuel de VASCONCELOS, *Vida de Don Duarte de Meneses, tercero Conde de Viana, y sucessos notables de Portugal en su tiempo*, Lisboa, Ed. Pedro Craesbeeck, 1627.
- 3 Sobre o assunto veja-se Nuno José Varela RUBIM, “Sobre a possibilidade técnica de emprego de artilharia na batalha de Aljubarrota”, in separata da *Revista de Artilharia* (1986), Lisboa, p. 30; e João Manuel CORDEIRO, *Apontamentos para a História da Artilharia Portuguesa*, Typographia do Comando Geral da Artilharia, Lisboa, 1895, p. 32.
- 4 Cf. João Gouveia MONTEIRO e António Martins COSTA, *1415 A Conquista de Ceuta*, Editorial Presença, Lisboa, 2015, p. 196.

incipiente, em especial no que toca ao fabrico das peças de ferro forjado para a construção da câmara de carregamento e tubo⁵. Por via disso, o grosso do armamento pirobalístico que viria a ser utilizado no norte de África a partir de 1415 foi importado do norte da Europa, em especial da zona da Flandres, de Inglaterra ou mesmo da vizinha Castela, daí procedendo também vários fundidores e artilheiros, isentados pelos sucessivos monarcas em 1416, 1435 e em 1440, do pagamento de pedidos e fintas, para que permanecessem ao serviço da Coroa portuguesa⁶.

A Inglaterra e a Flandres funcionaram ainda como centros abastecedores de armamento ofensivo (sobretudo lanças) e defensivo (arneses) para os homens de armas, como o comprovam não só as sucessivas cartas de isenção de pagamento de direitos emitidas pelo monarca inglês Henrique V em 1414 e 1415⁷, que se repetiriam mais tarde, em 1417⁸, mas também os benefícios atribuídos por D. João I aos vizinhos de Lisboa que dali mandassem vir armas e arneses⁹, medida que, como refere Veríssimo Serrão, viria depois a ser estendida a todos os lugares do Reino¹⁰.

Em paralelo com a importação de armamento ofensivo e defensivo “*por toda a cristandade*”, como afirma Zurara¹¹, a Coroa lançou mão

5 Uma breve síntese do desenvolvimento da artilharia nesse período na Europa é realizada por Nuno Valdez dos Santos em *A Artilharia Naval e os Canhões do Galeão “Santiago”*, Academia da Marinha, Lisboa, 1986, pp. 3 e seg.^s.

6 Carta de privilégio, de 1416, concedida a João Peres e Afonso Peres isentando-os do “*pagamento de pedidos nem fintas, por serem armeiros mandados vir de Castela*”. Este privilégio foi confirmado por D. Duarte em 1435 e por D. Afonso V em 1440. In IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 25, fol. 20v.

7 Cartas do rei Henrique V de Inglaterra, de 26 de Setembro de 1414 e 20 de Janeiro de 1415, autorizando Álvaro Vasques de Almada a comprar lanças (num total de 750) e arneses, armamento que ficaria isento do pagamento de quaisquer direitos nas suas alfândegas, publ. em *Monumenta Henricina*, vol. II, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1960, doc.^s 36 e 51, pp. 94-95 e 123.

8 Carta de Henrique V de Inglaterra, de 12 de Julho de 1417, autorizando Pedro Lobato a comprar para o Infante D. Henrique, “*para guerrear os incrédulos e inimigos da fé cristã*”, 300 lanças e uma armadura completa, tudo isento de direitos. Idem, *Ibidem*, doc. 136, p. 266.

9 Cf. Carta régia de 31 de Outubro de 1398, publ. em *Descobrimientos Portugueses*, João Martins da Silva MARQUES (ed.), vol. I, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1988, doc. 198, pp. 608-609.

10 Cf. Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal [1415-1495]*, vol. II, Editorial Verbo, Lisboa, 1978, p. 292.

11 Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, Francisco Maria Esteves Pereira (ed.), Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1915, cap. XXXI, p. 96.

também de um expediente tradicionalmente utilizado em situações de conflito iminente, que consistiu em requisitar aos moradores dos concelhos, de acordo com a condição socioeconómica de cada um, as armas necessárias ao aprovisionamento da hoste (tanto defensivas como ofensivas), ficando os oficiais régios obrigados à sua devolução num período do tempo previamente determinado ou ao seu pagamento em caso de extravio¹². Esta situação, que se repetiu por altura dos cercos a que Ceuta foi sujeita¹³, destinando-se então, porventura, os arneses e lanças ao apetrechamento da armada de socorro¹⁴, revelou-se, em regra, fortemente lesiva dos interesses da população, dada a não devolução do armamento ou o seu pagamento, como o comprovam as sucessivas queixas dos representantes concelhios em Cortes nos anos que se seguiram¹⁵.

Para além disso, a Coroa pagou antecipadamente aos vassallos do rei as suas quantias e soldos, para que pudessem equipar devidamente as suas hostes, ficando a “*el Rey o cuidado de suas artilharias e armas com todallas cousas que pertenciam pera aviamento da sua frota*”¹⁶. Das muitas e grandes artilharias e armas feitas um pouco por todo o país, de que nos dá conta Zurara sem no entanto avançar mais informação, temos conhecimento, através da carta de Ruy Diaz de Vega para o rei D. Fernando I de Aragão, da construção em “*un palacio del rey, rrybera del Tajo*”, de um palanque de madeira, que “*puede ser de alto braça et*

12 Disso dá conta Ruy Diaz de Vega afirmando: “*Et, senhor, mucha desta gente que ande yr guarnecem de armas e ballestas los que en el reyno fincam*”, com a obrigação de as devolverem até dois meses depois de regressarem, “*et, se el que las rresceby nom las bolvjere, que las pagen los capytanes com quien fueren*”. In carta de Ruy Dias de Vega para o rei D. Fernando de Aragão, Lisboa, 23 de Abril de 1415, publicado em *Monumenta Henricina ...*, vol. II, doc. 57, p. 136.

13 Cf. Instrumento notarial, de 9 de Julho de 1420, passado ao concelho de Lisboa por Vasco Martins das peças de armaduras e demais apetrechos bélicos por ele recolhidos, por ordem do Infante D. Henrique, para a armada de socorro a Ceuta, a saber, arneses, bacinetes, cotas de metal, laudéis, solhas com mangotes, braçais e rebraços. In *Monumenta Henricina ...*, vol. II, doc. 190, pp. 379 a 381.

14 Tiago Machado de CASTRO, num trabalho recentemente publicado, defende que o documento comprova a “*existência de um mecanismo de angariação de armamento por parte da Coroa, concebido para suprir de forma imediata uma incapacidade de produção, sem recurso a aquisições no estrangeiro*”, não se tratando de uma situação pontual. Cf. “*Armas para Ceuta (1420)*. Contribuição para o estudo do armamento português no início do século XV”, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª série, nº 4, (Julho-Dez. 2015), pp. 39-63. http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/4_4_art2.pdf

15 Sobre o assunto veja-se Luís Miguel DUARTE, *Ceuta 1415. Seiscentos anos depois*, Livros Horizonte, Lisboa, 2015, p. 229.

16 *Crónica da Tomada de Ceuta ...*, cap. XXIX, p. 89.

tercia, et de gruesa, quanto um palmo et una mano enredor; et los palos que ande entrar en otros son de três, forados cada uno et quadrados”, e de um enorme castelo de assalto às muralhas¹⁷. Em relação a este último, que afirma ter visto apenas desarmado, e que se destinava a ser montado localmente, a sua dimensão devia ser deveras significativa, uma vez que a descrição que dele faz e as medidas que apresenta – 45 metros de largura e 50 de altura, são, como bem salientou Luís Miguel Duarte, completamente inverosímeis¹⁸.

A presença destas construções de madeira na armada de conquista de Ceuta, que os artífices portugueses preparavam e montavam com grande rapidez, marca o início de uma prática que acompanharia boa parte das ações de conquista dos portugueses no além-mar, repetindo-se a sua utilização tanto em Marrocos – em Tânger (1437)¹⁹, por exemplo – como, mais tarde, no Oriente, onde o uso das então designadas “fortalezas de madeira”, transportadas desmontadas nos porões das naus, foi decisivo para o estabelecimento dos portugueses quer em Socotorá (1507), quer em Malaca (1511)²⁰. Nos navios da armada terão seguido ainda pranchas de madeira destinadas à construção no local do cerco de paveses e, sobretudo, de manteletes, destinados à proteção da artilharia e dos artilheiros durante as refregas²¹.

17 Cf. carta de Ruy Dias de Vega para o rei D. Fernando de Aragão, Lisboa, 23 de Abril de 1415, já citada, pp. 132 e 133.

18 Cf. Luís Miguel DUARTE, *Ceuta ...*, p. 81.

19 A sua importância encontra-se atestada pelo facto de nos “avisamentos especiais *d’el rei*” sobre a expedição se dedicar um item à forma como se deveriam repartir os homens que se encarregariam do palanque. Cf. “Avisamentos especiais”, in *Descobrimientos Portugueses ...*, vol. I, doc. 303, p. 388. A sua utilização revelar-se-ia decisiva no momento da retirada para os barcos, como o comprova o perdão feito pelo monarca “*aos que foram a Tânger e estiverem no palanque atee o rrecolhimento do Jfante dom hanrriquj*”. *Ibidem*, doc. 304 e 305, pp. 391 e 392.

20 Cf. Afonso [Brás] de ALBUQUERQUE, *Comentários de Afonso d’Albuquerque*, Joaquim Veríssimo Serrão (ed.), 5ª ed., Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1973, parte III, cap. XXXI, p. 155.

21 Essas estruturas encontram-se muito bem representadas nas *Tapeçarias de Pastrana*. Cf. Inês Meira ARAÚJO, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, tese de mestrado apresentada à FLUL, [texto policopiado], 2013. João Gouveia Monteiro refere, a este propósito o caso do carpinteiro João Afonso que, tendo participado na expedição a Tânger em 1437, aí foi ferido gravemente na cara quando se encontrava a montar um mantelete para proteção da artilharia do arraial. Cf. João Gouveia MONTEIRO, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 67.

O espião aragonês Ruy Dias dá notícia ainda da construção de várias peças de artilharia neurobalística, duas delas já prontas, provavelmente trabucos e trabuquetes, para além de uma grande quantidade de escadas “*muy rresjas et fazen aun mas*”, e refere que no rio Zêzere, “*que es cerca de Punhete*”²² se encontravam em fase de acabamento “*sendas galeotas de sessenta remos cada*”, mandadas fazer pelo prior e mestres das ordens militares, com excepção da de Santiago ²³. Para além do armamento de cerco aludido, Ruy Dias menciona ainda 2000 enxadões e 1000 machados grandes, em paralelo com a confeção de um grande número de víveres, que aquele estimava seriam suficientes para três meses, porventura o tempo expectável de duração da campanha de assédio à praça²⁴. Quanto ao efetivo humano que refere – aproximadamente 12 000 homens, parece estar um pouco sobredimensionado sobretudo no caso dos homens de armas (4685) e dos besteiros de cavalo (1900), a eles se somando 3000 besteiros sem armamento defensivo, 4000 peões com escudos e 5000 lanceiros²⁵.

2. A conquista da praça com recurso ao armamento tradicional

Em virtude de os responsáveis militares de Ceuta haverem adoptado uma táctica de combate que consistiu em procurar travar na praia as primeiras vagas de assalto constituídas pelos pesados e pouco móveis homens de armas portugueses²⁶, ao invés de se defenderem no interior

22 Actual Constância.

23 Cf. carta de Ruy Dias de Vega para o rei D. Fernando de Aragão, Lisboa, 23 de Abril de 1415, já citada, pp. 133 e 135.

24 Idem, *Ibidem*, pp. 136 e 138.

25 Sobre o assunto veja-se Luís Miguel DUARTE, *Ceuta ...*, p. 86.

26 Zurara refere que a estratégia dos responsáveis muçulmanos passava por atacar os homens de armas portugueses “*ante que sayam dos batees; faremos em eles muy grande matança ca os mais e melhores vem todos cubertos de ferro, por cuja rrezam o seu movimento nom pode seer sem grande força e trabalho*”. In *Crónica da Tomada de Ceuta ...*, cap. LXX, p. 198. A afirmação de Zurara deva ser encarada com alguma reserva dado o facto de esses homens serem precisamente aqueles que o cronista pretende engrandecer. Importa, no entanto, referir, que vamos encontrar bastante mais tarde, no início do século XVI, e num ambiente ainda mais adverso para os combatentes, dado o enorme calor e humidade da Índia, narrativas de desembarques anfíbios em que alguns dos fidalgos de maior nomeada iam defendidos com placas de ferro, bem como de homens de armas a combater com arneses, facto que lhes custou nos momentos de desembarque, ou de retirada para bordo, a morte por afogamento, e a dos que os apoiavam, dada a sua reduzidíssima mobilidade. Cf. Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmãos, 1979, liv. III, cap. III e liv. V, cap. IV.

da praça e assim beneficiarem da superioridade que lhes advinha das suas poderosas muralhas, a operação militar acabou por se transformar tão só num ataque anfíbio, ao invés da pensada e arquitectada operação de cerco. Daí resultou que a atuação dos homens de armas e dos besteiros se tivesse revelado absolutamente decisiva para a sua rápida conquista, não tendo sido utilizada a artilharia pirobalística, nem nenhum dos aparelhos e armas de assédio expressamente fabricados para a operação militar.

Na verdade, os soldados portugueses, embora combatendo com a cabeça coberta por bacinetes e seladas e o corpo protegido por arneses, couraças e cotas de malha, o que lhes dificultava enormemente os movimentos durante o desembarque na praia, acabaram, com o apoio dos besteiros, por conseguir romper as primeiras linhas defensivas muçulmanas que, compostas por soldados de infantaria com defesas de corpo mais ligeiras²⁷, e munidos de lanças, espadas, arcos e pedras, foram incapazes de suster o desembarque da primeira vaga. Assegurada a testa-de-ponte na praia através de combates corpo-a-corpo em que os homens de armas portugueses, transformados em verdadeiros carros de assalto, tinham natural vantagem sobre os defensores da praça, seguiu-se a entrada de roldão pela porta de Almina, acção efectuada em paralelo com o derrube de outras das portas existentes, as quais foram “*britadas à força de machados e de fogo*”²⁸. Como afirma Zurara o reduzido número de baixas entre as forças portuguesas ficou a dever-se então ao facto de combaterem com protecções corporais, ao contrário dos mouros, tendo morrido apenas alguns dos que “*nom eram tam bem armados*”, assim se explicando a reduzida eficácia dos besteiros ceutis, que à época eram reconhecidos como um dos principais sustentáculos da praça²⁹.

Os episódios que se seguiram até à ocupação final do castelo mouro, com a fidalguia preocupada em ter a primazia na tomada e ocupação dos principais pontos defensivos da praça, temendo “*que a honra nesse dia ficasse toda dos homens de pee, por rezam das poucas armas que*

27 A propósito das diferenças do equipamento pessoal entre os dois contendores veja-se Inês Meira ARAÚJO, “Um imaginário bélico da baixa idade média. Modelos de representação do guerreiro muçulmano na iconografia ibérica”, in *HAMSA. Journal of Judaic and Islamic Studies*, nº 2 (2015), CIDEHUS, Évora, pp. 38 e seguintes.

28 Cf. *Crónica da Tomada de Ceuta ...*, cap. Lxxij e Lxxiiij.

29 *Ibidem*, cap. Lxxiiij.

levavam, e que seriam mais desenvoltos que os homens de armas”³⁰, e a soldadesca ávida na procura do saque, enquadram-se perfeitamente no tipo de guerra de gaziva, de entradas súbitas e fortemente destrutivas, praticada na Península Ibérica por cristãos e muçulmanos ao longo da Reconquista, e que se prolongaria ao longo de toda a centúria em Marrocos, acabando mesmo por influenciar as práticas guerreiras dos portugueses no Oriente no século XVI. Na verdade, o ataque anfíbio que conduziu à conquista de Ceuta em 1415 apresenta, na forma como foi praticado, inúmeras similitudes com os que teriam lugar no Índico um século mais tarde, em especial com o ataque e saque de Calcut (1509), e com a conquista de Goa (1510) e de Malaca (1511), mas também com o ataque fracassado a Ádem (1513), sendo que neste caso o falhanço da operação se ficou a dever, não só à circunstância de os seus defensores terem optado por se defender no interior da fortaleza e às deficiências do armamento utilizado (reduzido comprimento das escadas e impossibilidade de montar na praia as peças de artilharia de bater), mas também à falta de motivação e interesse dos principais capitães de Afonso de Albuquerque na conquista da praça.

Do conjunto da operação de assédio a Ceuta, que culminou com a conquista da praça, ressalta, no entanto, a não utilização pelos portugueses de artilharia, tanto neurobalística como pirobalística, o que levou Luís Miguel Duarte a afirmar, com propriedade, que a “*as armas de fogo demoravam mais do que no resto da Europa a conquistar o seu lugar em operações de cerco*”³¹.

3. A gradual afirmação da artilharia pirobalística nas operações de assédio; o surgimento das armas pirobalísticas portáteis

Mas se Ceuta foi conquistada sem recurso à artilharia, as bombardas e trons que faziam parte do arsenal da frota e os que foram deixados na cidade, ou que para aí foram enviadas posteriormente, viriam a desempenhar um papel significativo na defesa e manutenção da praça ao longo do período em análise. Como é sabido, uma das primeiras medidas de D. Pedro de Meneses consistiu em ordenar o reforço e a construção

30 *Ibidem*, cap. Lxxiv.

31 Cf. Luís Miguel DUARTE, “África”, in *Nova História Militar de Portugal*, Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (ed.s), vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 2003, p. 405.

de caramanchões³² nas muralhas e “*junto com o cubello que estaa sobre a couraça*”³³, com a madeira de “*hũa villa de madeira que levava naquela frota*”³⁴, ali colocando peças de artilharia, que se revelaram decisivas por altura dos cercos que se seguiram.

Como salientou João Gouveia Monteiro os trons aí instalados, em especial o que fora colocado sobre a couraça, provocaram durante o ataque de 1416 grandes estragos entre as forças sitiadas, para além de nelas produzirem um forte efeito psicológico em resultado do muito barulho e do fumo que faziam³⁵. Dois anos mais tarde, porque estivesse iminente um grande cerco e o capitão temesse o envolvimento das forças de Granada, mandou que na praia fossem instalados três trons para, em conjunto com os besteiros, a defender de um eventual desembarque³⁶. Essas novas armas, no entanto, em consequência de deficiências de fabrico ou do mau manuseamento das peças pelos artilheiros, comportavam para os seus utilizadores riscos ainda muito elevados, como o comprova o acidente havido durante o cerco de 1418, em que o disparo de um trom ateou o fogo aos sacos de pólvora que se encontravam perto, valendo então a intervenção rápida dos soldados que o apagaram com água e, à falta desta, com vinho³⁷. Os trons instalados ao longo das muralhas de Ceuta serviram ainda, nesses primeiros anos, para auxiliar as forças portuguesas em casos de retiradas abruptas para o interior da praça, como sucedeu, por exemplo, a uma força de cavaleiros portugueses que, tendo organizado uma cavalgada, haviam caído numa cilada, estando prestes a ser capturados pela cavalaria ligeira muçulmana muito próximo da cidade. O Conde D. Pedro ordenou então que fosse usada a artilharia, tendo os mouros, “*como gente temerosa do damno que podiam receber*”, batido em retirada³⁸.

32 Pequena casa proeminente numa fortificação, muralha ou edifício, usado também como posto de vigia ou mirante. Cf. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2002.

33 In Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Maria Teresa Brocardo (ed.), FCG-JNICT, Braga, 1997, Livro I, cap. XXXV, pp. 320-321.

34 Tratar-se-ia com certeza do palanque referido por Ruy de Vega. Cf. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses ...*, Livro I, cap. IX, p. 209.

35 Cf. João Gouveia MONTEIRO e António Martins COSTA, *1415 A Conquista ...*, p. 126.

36 Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses ...*, Livro I, cap. LXII, p. 452.

37 *Ibidem*, Livro I, cap. XXXV.

38 *Ibidem*, Livro I, cap. LIII, p. 400.

Mais tarde, em 1419, por altura do segundo grande cerco a que a praça foi sujeita³⁹, a sua utilização foi igualmente decisiva, tendo os sitiados conseguido, graças aos seus disparos, não só dispersar um grande número de combatentes mouros que pressionavam fortemente a entrada da barreira⁴⁰, mas também anular as peças de artilharia muçulmanas, que se preparavam para bater as muralhas. Na verdade, após uma primeira fase de assédio em que recorreram à artilharia neurobalística para tentar abrir brechas nas muralhas⁴¹, fazendo cair sobre os defensores, em especial os que se encontravam nos caramanchões, um enorme número de pedras, as forças sitiadas preparavam-se para disparar uma das duas grandes bombardas que levavam, tendo o “*mestre do engenho do conde*” conseguido destruí-la com os pelouros de pedra do seu trom, matando ainda o seu mestre de artilharia e três serventes, o que terá inviabilizado o uso da peça restante⁴².

A incapacidade demonstrada pela artilharia pirobalística em campanhas de assédio para romper as muralhas da praça repetir-se-ia em 1437, por altura do cerco de Tânger, não obstante os portugueses estarem agora na condição de sitiados. O exército português dispunha, segundo Rui de Pina, de um misto de peças de artilharia neurobalística (engenhos) e pirobalística (bombardas), que foram usadas sem sucesso durante o primeiro assalto falhado à cidade, tendo então D. Henrique ordenado que de Ceuta fossem trazidas duas bombardas grossas, pedra e pólvora, porque as que haviam levado não tinham poder de fogo

39 A questão da existência, ou não, de dois cercos sucessivos, um em 1418 e outro em 1419, assenta no facto de os trechos de Zurara serem bastante confusos, tendo gerado no passado um debate entre dois reputados historiadores, a saber, David LOPES, “Os Portugueses em Marrocos: Ceuta e Tânger”, in *História de Portugal*, Damião Peres (dir.), vol. III, Barcelos, 1931, que defendia ter havido dois cercos, e Damião PERES, “Ceuta cercada: um problema cronológico”, in *Revista Portuguesa de História*, vol. XII (1969), Coimbra, para quem teria havido apenas o de 1418. Mais recentemente Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, chamaram à atenção para o facto de existirem várias informações contemporâneas dos acontecimentos que, sendo hoje conhecidas, levam a concluir ser “*mais lícito considerar, como David Lopes fez, que houve, de facto, dois e não um cerco*”. Cf. Isabel Drumond BRAGA e Paulo Drumond BRAGA, *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*, Instituto de Estudos Ceuties, Ceuta, 1998, pp. 33 e seguintes.

40 Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses ...*, Livro I, cap. LXVI, pp. 465 e 466.

41 Zurara dá conta da enorme preocupação dos sitiados com a necessidade de se proceder rapidamente à reparação “*dos buracos que sam feitos no muro*”. In Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses ...*, Livro I, cap. LXVIII, p. 477.

42 *Ibidem*, Livro I, cap. LXXVI, pp. 502 a 504.

para derrubar as muralhas⁴³. Constatada mais uma vez a impossibilidade de romper a praça com tiros de artilharia, não obstante terem usado bombardas de maior calibre, recorreu o Infante, depois de concertadas as escadas com outras mandadas vir de Ceuta por aquelas serem pequenas (o que demonstra a falta de cuidado na preparação de toda a empresa militar), à tradicional escalada, tendo sido feita a aproximação a coberto de mantas e de paveses para defender os homens, sobretudo, do poder de fogo dos besteiros que ali se encontravam em grande número⁴⁴.

Foi ainda preparado um castelo de madeira, montado no local, mas que, tal como a generalidade das escadas, não foi encostado ao muro para evitar que, a exemplo do que sucedera com a única que ali havia sido pousada, fosse abrasado com “*fogo de alcatrão e muito linho*”⁴⁵. A deficiente colocação dos engenhos e das bombardas, bem como do demais material de assalto às muralhas (posicionados demasiado próximo das muralhas e muito distantes do arraial), esteve na origem da sua captura pelos defensores da praça, que, numa das suas tradicionais surtidas, tomaram “*as tendas, bombardas e artelharias*” e as recolheram, o que desde logo traçou o destino da empresa⁴⁶, que terminou com as forças portuguesas cercadas e confinadas ao palanque, peça fundamental durante a retirada dos homens para os navios.

No cerco de Tânger terão participado pela primeira vez espingardeiros que, segundo Rui de Pina, deveriam, tal como os besteiros, guardar o castelo de madeira referido no assalto às muralhas⁴⁷. Munidos provavelmente com colubretas⁴⁸, que sabemos terem integrado o ar-

43 Cf. Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, M. Lopes de Almeida (ed.), Lello & Irmão, Porto, 1977, cap. XXV e XXVI, pp. 543-546. Sobre os preparativos da expedição a Tânger veja-se Hugo Daniel Rocha Gomes da Silva MOREIRA, *A Campanha Militar de Tânger (1433-1437)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto no âmbito do Mestrado em História Medieval e do Renascimento, Porto, 2009, pp. 36 a 63.

44 Segundo Rui de Pina seriam em número de 600, muitos deles granadinos, que à época eram muito considerados. Cf. *Ibidem*, cap. XXVIII, p. 548.

45 *Idem*, *Ibidem*.

46 *Idem*, *Ibidem*, cap. XXIX, pp. 549 e 550.

47 *Idem*, *Ibidem*, cap. XXVIII, p. 548.

48 Antepassadas das espingardas, estas armas de fogo individuais foram as mais antigas armas de fogo portáteis em Portugal. Como refere Mário Barroca terão sido utilizadas ainda na conquista de Arzila, como o comprova a sua presença nas *Tapeçarias de Pastrana*, com a particularidade de serem utilizadas tanto pelos portugueses como pelos defensores da praça. Cf. Mário Jorge BARROCA, “Armamento medieval

senal da expedição, por a elas se referir expressamente D. Duarte nos “avisamentos especiais” entregues ao irmão⁴⁹, a sua ação não deve, no entanto, ter sido de monta, uma vez que mais nenhuma referência lhes é feita. Esse corpo, que vai coexistir com os besteiros até à centúria seguinte, encontrava-se presente pela primeira vez num teatro de guerra em Marrocos, repetindo-se, mais tarde, a sua presença no cerco imposto à praça de Alcácer-Ceguer, em 1458, cuja conquista significou o aprofundar da intervenção militar portuguesa em Marrocos. De acordo com Paulo Jorge Simões Agostinho essas armas disparavam pelouros de pedra, sendo já bastante conhecidas na década de 1450⁵⁰. Para além disso, encontravam-se, desde os finais da década de 1430, em grande número no arsenal régio em Lisboa, tendo o seu almoxarife, Gonçalo Afonso recebido, entre 1438 e 1448, 439 colubretas e despendido 495, número ainda assim muito distante, como refere João Gouveia Monteiro, da impressionante quantidade de bestas e seus acessórios (milhares), bem como das centenas de milhares de virotões por ele movimentados, facto que atesta que as novas armas portáteis de fogo “estavam ainda muito longe de tornar supérfluo o velho e eficaz armamento neurobalístico que tão boa conta dera de si durante séculos”⁵¹.

O cerco de Alcácer-Ceguer, por outro lado, marcou o momento a partir do qual a artilharia pirobalística conseguiu, finalmente, superiorizar-se aos sistemas defensivos das praças marroquinas. Com efeito, após um desembarque muito difícil, marcado por um número significativo de baixas entre os portugueses, e por uma primeira investida sobre a cidade a que os defensores responderam com “*muitas panellas de fogo e tiros d’artelharria*” e “*beestas que tinham, e pedras que nom faleciam*”,

português. Notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs”, in *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*, Catálogo da Exposição, Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 2000, p. 106. Veja-se também Nuno José Varela RUBIM, “A Artilharia Portuguesa nas Tapeçarias de Pastrana. A tomada de Arzila em 1471”, separata da *Revista de Artilharia* (1987), Lisboa, p. 25.

49 O monarca refere que se durante o percurso terrestre de Ceuta para Tânger a coluna de marcha fosse atacada pelos mouros, deveriam “*leixalos chegar bem acerca e de trons e colobretas e bestas dar lhe huma estrupada e eles arramados feri los per tantas partes como vyerem*”. Cf. Avisamentos especiais del-Rei sobre a expedição a Tânger, s.d. (anterior a 22 de Agosto de 1437), publ. em *Descobrimientos Portugueses ...*, vol. I, doc. 302, p. 388.

50 Cf. Paulo Jorge Simões AGOSTINHO, *O Armamento de Guerra na Cronística ...*, pp. 204 – 206.

51 Cf. João Gouveia MONTEIRO, *Armeiros e Armazéns nos finais da Idade Média*, Viseu, Palimage Editores, 2001, pp. 32 – 33 e 52 – 53.

depressa os responsáveis pela expedição, com D. Afonso V à cabeça, se aperceberam, como refere Damião de Góis, que seria necessário recorrer “*a todollos petrechos necessários pera ho combate da villa, [...] porque sem outros instrumentos de guerra ha nom poderiam tomar tam cedo quamto cuidavam*”⁵².

Desembarcados os engenhos e bombardas, “*as mantas, e bancos, e escadas*”, conseguiram “*com muito esforço e ardileza romper e entrar per as portas da barreira*”, após o que procuraram quebrar as portas da praça com recurso a um engenho, tarefa que se revelou infrutífera porque, a exemplo do que havia sucedido em Tânger, também aqui essa estrutura se encontrava forrada “*de muy grossas pastas de ferro*”⁵³. Constatada a incapacidade de penetrar na vila com recurso às armas neurobalísticas, decidiu o Infante assentar uma bombardas grossa ordenando ao artilheiro que a orientasse para um ponto mais fragilizado da muralha. Um único tiro terá bastado para derrubar um lanço, facto que, aliado “*à pouca speranza de socorro*”, contribuiu para a rendição dos defensores de Alcácer-Ceguer⁵⁴. Despejada a praça a 23 de Outubro de 1458, D. Afonso V apressou-se a ordenar a reparação das muralhas, aí mandando assentar alguma da artilharia que levava. A artilharia pirobalística não só se superiorizara às defesas da praça, como salientou Luís Miguel Duarte⁵⁵, mas também suplantara definitivamente a artilharia neurobalística em acções de assédio no norte de África.

4. Trons e bombardas a bordo: os primeiros passos da artilharia naval

Mas se a artilharia pirobalística foi uma peça importante para a defesa e manutenção de Ceuta em poder dos portugueses e para as acções de cerco efectuadas durante o período em análise, foi-o igualmente no domínio da guerra naval, já que temos notícia de que os navios da pequena frota que aí ficou fundeada após a conquista foram, desde muito

52 Cf. Damião de GÓIS, *Crónica do Príncipe D. João*, Graça Almeida Rodrigues (ed.), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1977, cap. XII, p. 36; e Rui de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, M. Lopes de Almeida (ed.), Lello & Irmão, Porto, 1977, cap. CXXXVIII, pp. 776 e 777.

53 Cf. Rui de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V* ..., cap. CXXXVIII, p. 777. Damião de Góis fala de “*grossas chapas e laminas de ferro*”. Cf. *Crónica do Príncipe D. João* ..., cap. XII, p. 36.

54 Cf. Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João* ..., cap. XIII, p. 37.

55 Cf. Luís Miguel DUARTE, “África”, p. 425.

cedo, equipados com artilharia pirobalística. Com efeito, não obstante Zurara afirmar que as duas galés que aí ficaram sob o comando de Micer Tom, irmão do almirante, “*não achamos cousa notável que fizessem*” por serem navios muito grandes, refere que D. Pedro de Meneses, “*con-sirando que nom somente lhe convinha ter bons cavalos [...] mas aynda navios pera sojugar aquela parte do mar que lhe era vizinha*” ordenou a construção de uma fusta logo em 1416⁵⁶, a que se seguiram outros navios equipados com artilharia. Daí resultou que no anos imediatos a sua frota (em que se incluíam alguns navios de D. Pedro de Meneses) fosse já constituída por quatro fustas, quatro barcas, alguns barinéis e, pelo menos, um bergantim, capitaneado por Diogo Vasquez, armado com um trom e besteiros⁵⁷.

Esses navios desempenharam uma acção notável tanto ao nível do policiamento da costa, como do apresamento de navios muçulmanos e confisco das suas cargas, tendo-se especializado também na prática dos “saltos”⁵⁸ (operações militares navais de razia às povoações ribeirinhas limítrofes) e no transporte da peonagem por mar para pontos da costa pré-determinados, com o objectivo de participarem, em conjunto com as forças de cavalaria, nas surtidas militares efectuadas sobre as povoações e aduares marroquinos⁵⁹.

A utilização de trons durante os combates navais data dos primeiros anos, sendo o próprio capitão da praça a instruir os seus homens no sentido de usarem a artilharia que levavam a bordo, bem como o poder de fogo dos seus besteiros: “*Hy e vogae a eles. E tanto que for-des acerca deles day-lhe a poupa [...] e tyrae-lhe com ho trão e com has*

56 Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses ...*, Livro I, cap. XXXI, p. 303.

57 *Ibidem*, Livro I, cap. XLI, pp. 348 e seguintes.

58 Sobre o assunto veja-se o nosso trabalho “Organização militar e práticas de guerra dos Portugueses em Marrocos no século XV, princípios do século XVI: sua importância como modelo referencial para a expansão portuguesa no Oriente”, in *Anais de História de Além-Mar*, vol. II (2001), Lisboa, CHAM-FCSH-UNL, pp. 159-161 e 165-166.

59 O “*castelo d’Alminhacar*” era um dos pontos normalmente utilizados para o desembarque da peonagem, que depois seguia ao encontro das forças de cavalaria, “*e esto faziam porque a gente de pee nom poderia suportar tanto caminho por terra*” como aquele que distava da fortaleza ao lugar de Çemçem, objectivo final da cavalgada, que ficava próximo de Tetuão. Nesse ano de 1436 foram transportados por mar 300 homens até Alminhacar, aí sendo reembarcados no regresso da expedição. Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses ...*, Livro II, cap. XLI, p. 669.

*bestas*⁶⁰. Esse armamento, no entanto, destinava-se ainda, sobretudo, a intimidar e desorientar o adversário antes de procederem à investida e posterior abordagem, que culminava em geral com a tomada de um dos navios após renhidos combates corpo-a-corpo⁶¹, travados com lanças, espadas, terçados⁶² e cutelos, principais armas ofensivas referenciadas, que coexistiam com o mais diverso tipo de materiais, sendo muito comum haver a bordo “*arcas atulhadas de pedras*”, que eram utilizadas como projecteis, responsáveis por causarem graves danos entre as tripulações e os soldados embarcados⁶³. Os trons serviam ainda para procurar manter os inimigos à distância sempre que se encontrassem em inferioridade numérica, ou, como sucedeu com os navios que se encontravam ancorados “*desacompanhados*” no porto por altura do casamento de Ruy Gomes da Silva com Dona Isabel filha de D. Pedro de Meneses, para evitar que fossem abordados e tomados, uma vez que praticamente não tinham homens a bordo para a sua defesa⁶⁴. Aos besteiros embarcados cabia, por seu turno, eliminar o maior número possível de adversários, antes de procederem à abordagem. A guerra naval, não obstante encontrarem-se já a bordo diferentes tipos de armamento, coexistindo armas neurobalísticas com as pirobalísticas, continuaria a decidir-se, e por um longo período de tempo, no convés dos navios, por acção dos soldados embarcados e não, como sucederá mais tarde no Índico, em resultado da adopção de uma nova táctica de combate naval, que articulava a manobra dos navios com a capacidade de fogo dessa nova arma⁶⁵.

60 Cf. *Ibidem*, Livro I, cap. XXXIII, pp. 68º e seguintes.

61 Um exemplo bem ilustrativo dos inúmeros combates navais entre portugueses e muçulmanos que povoam as crónicas deste período é o da refrega ocorrida na década de 1420 entre três fustas de Dom Pedro de Meneses e seis fustas de Tânger e uma de Arzila, as quais, procurando apoiar uma fusta que entretanto for aferrada pelos mouros, investiram frontalmente com os esporões projectando muita gente ao mar. Seguiu-se a abordagem, onde foram usados arpéus de ferro e de madeira para aferrarem os navios, após o que teve lugar o combate corpo-a-corpo, já no convés das fustas adversárias, “*e de uma parte e de outra se partiam as armas sendo o arroydo tam grande e os golpes tam empregados, que não parecia senam ferraria que na rua dalg a cidade se faz*”. Cf. *Ibidem*, Livro II, cap. X, pp. 575 e seguintes.

62 Espadas curtas e largas.

63 Neste particular importa referir que não encontramos para o período em análise qualquer referência aos engenhos neurobalísticos utilizados a bordo.

64 Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses ...*, Livro II, cap. VI, pp. 548 e 549.

65 A situação só se alterará muito mais tarde, com a chegada dos portugueses ao Índico, onde nos primeiros anos de Seiscentos adoptaram uma táctica de combate naval que

5. Besteiros e Cavaleiros na defesa das praças e na “guerra guerreada”

O corpo de besteiros, composto inicialmente por 600 homens “*assy de cavalo como de garrucha e de conto*” e capitaneado pelo anadel-mor Álvaro Eanes de Cernache, revelar-se-ia, ao longo do período em estudo, absolutamente decisivo não só na defesa da praça, mas também na apropriação e domínio de um perímetro territorial em torno de Ceuta, que permitiu à guarnição e aos moradores proceder a um conjunto de tarefas fundamentais à sua subsistência, tais como, por exemplo, o apascentamento dos cavalos e do gado, a apanha de lenha e o aprovisionamento de água.

Tratando-se a besta de uma arma de alcance significativo, podendo atingir os 200 metros, e bastante mais certa que os arcos utilizados pelos marroquinos⁶⁶, foi de grande utilidade durante os dois grandes cercos postos à cidade, tendo os besteiros sido responsáveis pela maior parte das baixas infligidas às forças sitiadas, impedindo-as de se acercarem da base das muralhas para as minar ou para as escalar. O uso de bestas de garrucha, de pé ou de estribo, e de torno, não se limitou, no entanto, ao corpo de besteiros, delas se servindo também os escudeiros e alguns fidalgos⁶⁷, entre os quais o próprio Duque que, após colocar os besteiros “*em haz*” para evitarem o desembarque muçulmano junto da porta de Almina, foi ele próprio “*tyrando com sua besta [assy] como cada um dos servidores*”⁶⁸. Esse corpo participou ainda na importante

fazia depender a sorte dos combates da acção concertada entre a manobra dos seus navios de alto-bordo e a artilharia que tinham a bordo, e não já do desempenho dos seus homens após a tradicional operação de investida-abordagem sobre os navios adversários. Sobre o assunto veja-se o nosso trabalho “The ‘Easternization’ of the Portuguese Fleets in the Asian Seas during the 16th Century: causes and consequences”, in *Gujarat and the Sea*, edited by Lotika Varadarajan, Vadodara – Gujarat – India, Darshak Itihās Nidhi, 2011, pp. 221 a 250

66 Estes possuíam também bestas entre o seu armamento, mas usavam preferencialmente o arco (186 metros de alcance no caso do arco longo e 125 no caso do arco simples), que tinha a vantagem de permitir uma muito maior cadência de tiro e que, não raro, lançava flechas ervadas, muito temidas pelos soldados portugueses. Sobre o alcance dessas armas veja-se a obra de João Gouveia MONTEIRO e António Martins COSTA, *1415 A Conquista ...*, pp. 48-53.

67 Por altura do segundo cerco, dado o aperto em que se encontrava a porta da barreira, aí foram colocados Gil Vasquez, almoxarife do armazém, e seis escudeiros da sua casa, que “*heram homens que sabiam bem tyrar com bestas, as quaes ally tinham muy boas e todas de garrucha*”. Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses ...*, Livro I, cap. LXVI, pp. 465-466.

68 Cf. *Ibidem*, Livro I, cap. LXVII e LXVIII, pp. 469 e 475.

na tarefa de “*segurar o campo*”, conseguida, como referiu Robert Ricard, através da criação de um sistema defensivo, o “*rebato*”, que articulava a acção das vigias das fortalezas com a das atalaias e escutas dispersas pelos campos e destas com os defensores postados nas muralhas⁶⁹.

A sua actuação foi igualmente decisiva enquanto elemento constitutivo das inúmeras cavalgadas, entradas e razias que marcaram toda a primeira metade da centúria, e que significaram um processo de reaprendizagem da “guerra guerreada”, travada outrora na Península Ibérica durante a Reconquista e praticada, como refere João Gouveia Monteiro, para evitar os enormes riscos decorrentes das batalhas campais, mas efectuada com um potencial militar suficiente para causar “*de forma fulgurante e em várias frentes*” danos significativos ao adversário. Segundo ele “*a ‘guerra guerreada’ era, em suma, a variante medieval da ‘guerrilha’, essa forma antiquíssima de guerra ainda hoje comumente praticada pelos povos ditos primitivos, baseada em acções armadas que implicam a não reciprocidade e se associam intimamente aos ataques de surpresa e aos ‘golpes de mão’*”⁷⁰. Caracterizada por um conjunto variável de expedições militares, designadas de forma muito diversa em resultado dos objectivos a atingir, da amplitude do raide, ou dos meios ao dispôr pelos responsáveis por essas operações, a “guerra guerreada” visava provocar a desestruturação das forças norte-africanas através da destruição das aldeias, aduares e respectivos campos; do roubo das colheitas e do gado; mas também, da captura de homens, mulheres e crianças, trocados ou vendidos mais tarde como cativos, e, simultaneamente, criar as condições para a manutenção e sustentabilidade da praça. Essas operações militares permitiam ainda aos cavaleiros e à soldadesca a prática de feitos de armas, fundamentais para o acrescentamento da sua honra e proveito, sendo este resultante não só dos valiosos butins que daí resultavam, mas também da magnanimidade do monarca em troca dos serviços prestados.

Tratando-se de expedições delineadas de forma rigorosa, com base em informações recebidas através de espias, eram formadas, nalguns casos apenas por forças de cavalaria, noutros, mais frequentes, por um mis-

69 Cf. Robert RICARD, “A propos de ‘rebato’”. Note sur la tactique militaire dans les places portugaises du Maroc, in *Études sur l’Histoire des Portugais du Maroc*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1955, pp. 345 a 355 ; veja-se ainda do mesmo autor “Le problème de l’occupation restreinte dans l’Afrique du Nord (XVe-XVIIe siècles)”, in *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, 8^e année, n^o 41 (1936), Paris, pp. 426-437.

70 In João Gouveia MONTEIRO, *A Guerra em Portugal ...*, p. 374.

to de cavaleiros e forças apeadas, muitas vezes transportadas por barcos para locais previamente determinados na costa, que desempenhavam um papel de grande importância durante a manobra de retirada com o produto do saque. O ataque, súbito e muito rápido, era lançado em regra ao romper da aurora, de forma apanhar indefesas as populações e a não ocorrerem situações de mortes por “fogo amigo” entre os elementos da cavalgada. Igualmente frequente era que uma parte dos efectivos fossem “correr o campo”, mantendo-se os demais com o capitão da cavalgada a aguardar num local previamente determinado, de onde pudessem vigiar toda a operação e onde se reencontrariam, daí rumando à fortaleza⁷¹.

Ao longo da primeira metade de Quatrocentos, os besteiros, munidos sobretudo com bestas de garrucha, porque mais leves e mais fáceis de armar⁷², integraram a maior parte das expedições militares realizadas a território mouro de que temos notícia, variando os seus efectivos de acordo com o tamanho das cavalgadas. Eram utilizados, em regra, para suster os contra-ataques adversários que em geral se sucediam às investidas dos cavaleiros portugueses equipados com lança e espada, ou durante as retiradas, ajudando a defender o saque conseguido.

Em casos excepcionais o seu número podia mesmo atingir várias centenas, como sucedeu por volta de 1416, numa cilada montada pelos mouros próximo de Ceuta, em que D. Pedro de Meneses mobilizou praticamente todos os seus efectivos em apoio da cavalgada que batia em retirada, colocando-os entre a fortaleza e o local da cilada com ordens para “*que seus tiros fossem partydos pelo meyo, de guisa que os mouros sempre tevessem novidade em suas chagas*”⁷³. Essa prática foi depois adoptada e aperfeiçoada por seu filho D. Duarte de Meneses nas inúmeras entradas e cavalgadas que comandou em Marrocos, sendo louvado pelos seus pares pela forma como organizava “*a sua bestaria*”⁷⁴. Os besteiros foram, assim, um excelente suporte à acção dos cavaleiros e

71 Para uma visão mais detalhada dessas pequenas e grandes expedições, que compunham a “guerra guerreada” praticada na Península Ibérica durante os séculos XIII e XIV e que tiveram a sua continuidade em Marrocos no período em análise, veja-se Miguel Gomes MARTINS, *A Arte da Guerra em Portugal 1245 a 1347*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 349-398.

72 Sobre os diferentes tipos de bestas e suas características veja-se João Gouveia MONTEIRO, “Glossário de Armas”, in *A Guerra em Portugal ...*, pp. 534-535.

73 Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses ...*, Livro I, cap. XXVII, p. 287.

74 Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde Dom Duarte de Meneses*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1978, cap. XII, pp. 80 e 81.

da peonagem nessas verdadeiras acções de guerrilha, que se caracterizavam pela sua rapidez e extrema violência, e em que o factor surpresa era fundamental.

Contrariamente ao que sucedeu no caso das acções de cerco em que, como vimos, se verificou, a partir da expedição de 1437 a Tânger, uma convivência de besteiros e espingardeiros entre as forças portuguesas – que se repetiria mais tarde, em 1458, por altura da conquista de Alcácer-Ceguer e, depois, na tomada de Arzila, sendo que aqui a sua presença se encontra atestada tanto do lado dos sitiadores como dos sitiados, como o comprovam as *Tapeçarias de Pastrana*⁷⁵ –, não encontramos qualquer referência a espingardeiros em nenhuma das acções de “guerra guerreada” ocorridas durante o período em análise, o que parece atestar que, tratando-se de uma arma ainda muito recente, foram os espingardeiros chamados a acompanhar o exército real nas suas expedições ao norte de África, não tendo, no entanto, sido criadas essas companhias em Ceuta ao longo do período que medeia entre a conquista da praça e 1458.

Marcadas inicialmente pelo reduzido número de cavalos de que a guarnição de Ceuta dispunha, facto que limitava a participação do número de cavaleiros montados e, naturalmente, o raio de acção atingido pelas entradas em território mouro, as cavalgadas viriam com o correr dos anos a ser constituídas por um número crescente de cavaleiros, passando de algumas dezenas nas duas primeiras décadas⁷⁶ para efectivos da ordem das centenas no decurso da década de 1430⁷⁷. Para isso contribuiu não só a Coroa, que, como refere Gouveia Monteiro, desde os primeiros anos procedeu à importação de cavalos da Sicília e da Inglaterra⁷⁸, por exemplo, mas também o próprio capitão da praça, que

75 Veja-se a figura 10 publicada por Inês Meira Araújo, «Um imaginário bélico da baixa idade média [...], p. 23. Pina refere que esses espingardeiros muçulmanos provocaram inúmeras baixas entre os portugueses. Cf. Rui de PINA, *Crónica do Senhor Rey D. Affonso V ...*, cap. CLXIV, p. 821.

76 Por volta de 1420, segundo Zurara, “*não avia entom per toda a gente de cavallo na cidade mais que XXXV*”. Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses ...*, livro II, cap. I, pp. 538 e 539.

77 Vejam-se, por exemplo, as entradas sobre Tetuam e no campo de Benamadém, em 1435, comandadas por D. Duarte de Menezes, em que participaram respectivamente 150 e 210 cavaleiros. Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde Dom Duarte de Menezes ...*, cap.s XIII e XIV, pp. 83 e 89.

78 Sobre as diligências feitas por D. João I na aquisição de cavalos para Ceuta e das dificuldades que colocavam aos armadores dos navios durante o transporte marítimo veja-se João Gouveia MONTEIRO e António Martins COSTA, *1415 A Conquista de Ceuta ...*, pp. 173 e 174.

se preocupou em a dotar com um número crescente de montadas, fundamentais para assegurar as constantes operações militares de “guerra guerreada”, responsáveis, em conjunto com o já referido sistema defensivo de “rebato”, pela instalação de uma zona tampão em torno de Ceuta. Muitas dessas montadas foram, sobretudo nessa fase inicial, capturadas ao inimigo em resultado não só das sucessivas entradas e almogavarias que foram praticando, em que faziam um grande número de cativos e roubavam centenas de cabeças de gado, mas também no decurso de confrontos de cavalaria bem-sucedidos, em que procuravam, tanto quanto possível, evitar ferir as montadas dos cavaleiros adversários tendo em vista o seu apresamento.

Em 1436, sabendo D. Pedro de Meneses dos preparativos que se faziam para a empresa de Tânger, propôs ao monarca a sua participação com um efectivo de 400 cavaleiros, muitos deles oriundos das suas terras “*assy de criados como de homens que viviam com elle*”⁷⁹, o que atesta bem não só da sua capacidade de mobilização, mas também do aumento de potencial militar existente na praça em termos de cavalaria após mais de vinte anos como seu capitão. Esse número terá, segundo Zurara, aumentado significativamente nos primeiros meses de 1437, sendo então possível arrear um total de 500 cavalos⁸⁰, que formavam um corpo de cavalaria ligeira temível⁸¹. Com efeito, não obstante muitos desses animais poderem pertencer a fidalgos que já aí se encontrassem para participar no ataque a Tânger, ou que para aí se tivessem deslocado anteriormente com os seus séquitos em busca de “*honra e proveito*”, e que tradicionalmente se revelavam um perigo para a segurança da praça e uma ameaça para os soldados veteranos durante as entradas em território muçulmano, em virtude do seu entusiasmo incontrolado e, sobretudo, do desco-

79 Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses ...*, livro II, cap. XXXIX, p. 713.

80 Cf. Idem, *Ibidem*, p. 713; e Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde Dom Duarte de Menezes ...*, cap. XXII, p. 104.

81 Em resultado desses longos anos de guerra de gaziva, feita de entradas fulgurantes e choques rápidos entre cavaleiros, a cavalaria ligeira foi-se afirmando, passando as forças estacionadas em Ceuta a ser constituídas quase que exclusivamente por ginetes, num processo que teria fortes repercussões na orgânica militar do próprio reino, como o demonstra o facto de em 1437 o corpo expedicionário enviado do Reino para a conquista de Ceuta, e que partiria de Ceuta por terra, dever comportar 500 ginetes, os quais, de acordo com o regimento particular dado por D. Duarte ao Infante, andariam “*legoa ou meia adeante*” do exército. Cf. Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte ...*, cap. XXI, p. 538.

nhecimento das práticas de guerra locais⁸², a verdade é que esse quantitativo atesta bem o aumento de potencial militar da cavalaria estacionada em Ceuta relativamente às duas primeiras décadas de Quatrocentos.

6. Conclusão

À guisa de conclusão podemos afirmar que ao longo desse meio século de permanência em Marrocos se assistiu, com excepção das operações de “guerra guerreada”, a uma convivência do armamento neurobalístico e das armas de fogo no conjunto de acções militares praticadas por esse verdadeiro “*embrião de exército permanente*”, como tão bem o definiu Luís Miguel Duarte⁸³.

Se no momento da conquista de Ceuta as armas de fogo não estiveram presentes, revelar-se-iam, ao longo do período em estudo, tanto na guerra naval, como nas operações de cerco, de grande importância, com a artilharia pirobalística a destronar os “engenhos” no assalto às muralhas de Alcácer-Ceguer em 1458. No entanto, uma arma neurobalística, a besta, continuará ainda a ser de extraordinária importância tanto na guerra de assédio como no que hoje chamaríamos de “guerra de guerrilha”, sendo que neste último domínio acabou por remeter para mais tarde a supremacia das armas de fogo portáteis.

Fecha de recepción: 29 de abril de 2016

Fecha de aceptación: 17 de febrero de 2017

82 Sobre os perigos que representavam esses fidalgos e as suas clientelas para os veteranos das praças marroquinas, em especial a de Ceuta, veja-se o trabalho de Luís Miguel DUARTE, “A morte do capitão. Veteranos e ‘Maçaricos’ na guerra marroquina no século XV”, in *Actas do Colóquio “Laços Histórico-Militares Luso-Magrebinos*, Lisboa, 2002; e o nosso trabalho “Organização Militar e Práticas de Guerra dos Portugueses em Marrocos no séc. XV, princípios do século XVI: sua importância como modelo referencial para a expansão portuguesa no Oriente”, in *Anais de História de Além-Mar*, vol. II (2001), Lisboa, CHAM, pp. 159 e seguintes.

83 Cf. Luís Miguel DUARTE, “Fidalgos e degredados. A fronteira portuguesa de Marrocos”, in *Frontiere del Mediterraneo. Seminario Internazionale di Studi*, Maria Eugenia Cadeddu e Maria Grazia Melle (ed.s), Istituto di Storia dell’Europa Mediterrânea, Cagliari-Genova-Torino, 2003, p. 87.

